

Elites orgânicas transnacionais e aparelhos privados de hegemonia no plano internacional

REJANE CAROLINA HOEVELER*

Esta comunicação apresenta parte de nossa pesquisa de mestrado, que teve por objeto a história dos primórdios da Comissão Trilateral, entidade privada fundada em 1973 nos Estados Unidos, e que reunindo intelectuais, empresários e políticos estadunidenses, europeus e japoneses, visava orientar uma atuação política conjunta, dirimindo as disputas inter-imperialistas que emergiam desde finais da década de 1960. A comunicação foca na contribuição do cientista político uruguaio René A. Dreifuss, um dos primeiros a desenvolver sistemático estudo sobre as entidades internacionais e que cunhou, em sua tese de doutorado, o termo “elite orgânica”, a partir das matrizes gramsciana e poulantizana. Veremos brevemente a relação deste conceito com as análises de Gramsci sobre as relações internacionais e a análise de Poulantzas sobre o Estado nos anos 1970, e também como o termo “elite” foi assimilado por Gramsci e por Dreifuss para análise da classe dominante.

A contribuição de Antonio Gramsci para a análise do sistema internacional

Embora formado no interior da tradição marxista da Internacional Comunista, tributário do impacto da Revolução Russa de 1917 em sua formação intelectual,¹ Antonio Gramsci não deixou apontamentos originais sobre o fenômeno do imperialismo. Não obstante a influência notável que Lenin exerceu em sua geração, o fenômeno do imperialismo não figura com destaque em seus escritos. Como assinalou Fontes,

“Surpreendentemente, o imperialismo não constitui uma temática central em Gramsci, ao menos de maneira direta: não há entrada para o conceito no índice temático geral da tradução brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, que figura no volume seis. Embora

*Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.

mentionado algumas vezes ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o termo figura em Gramsci mesclado de diversas outras considerações, em especial de cunho cultural.”²

Contudo, Gramsci não negligenciou a importância das relações internacionais, do sistema inter-estatal mundial e a questão das grandes potências em seus *Cadernos do Cárcere*. A própria questão da hegemonia, embora predominantemente referente à dominação estatal em sociedades nacionais, não deixou de considerar a própria posição do Estado analisado no âmbito das relações internacionais.

“As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários (...)”³

Em sua elaboração do conceito de hegemonia a noção de *grande potência* parece conter boa parte dos elementos do mesmo, afinal esta consistiria num

“(...) Estado que — tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (e hoje toda guerra pressupõe sistemas de forças antagônicas) — consegue, no momento da paz, conservar uma tal relação de forças com os aliados que se torna capaz de assegurar a manutenção dos pactos e das promessas feitas no início da campanha (...)”⁴

Não por acaso muitos autores críticos do campo disciplinar das Relações Internacionais inspirados nessa lavra identificam a noção de *hegemon* a partir destes critérios.⁵ Voltemos brevemente às considerações do marxista sardo sobre o Estado antes de seguirmos para eles.

Segundo Gramsci, dentro da metáfora maquiaveliana do Centauro (metade homem, metade fera), hegemonia é a relação equilibrada entre coerção e consenso.⁶ Aqui é importante, como apontaram alguns intérpretes de Gramsci, o cuidado de não tomarmos essa relação de maneira algébrica (pode haver, num determinado regime,

² FONTES, *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: Fiocruz/UFRJ, 2010, p.115.

³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.20.

⁴ *Idem*, p.85-86.

⁵ FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e nova ordem mundial”. In. COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.113-125. GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

⁶ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v. 3, *Op. Cit.*, p.23.

máximo de consenso e máximo de coerção, simultaneamente).⁷ Mas, para se tornar uma classe *dirigente*, além de dominante, a burguesia precisa justamente conquistar a hegemonia, e para isso o Estado cumpre a função precípua de educador, nas palavras do autor, de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”.⁸

O Estado, para Gramsci, é “o organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’.”⁹ Mas o Estado não é aqui entendido meramente como as instituições políticas oficiais e o aparelho de coerção; mas sim como o conjunto mais amplo de organismos através dos quais é exercida a dominação.

O que Gramsci denomina sociedade civil, ao contrário da concepção liberal, é o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, e não pode ser entendida de forma descolada ou oposta à sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção). O conceito de Estado integral, que ficaria mais conhecido na literatura gramsciana como Estado ampliado, é o que possibilita entender o Estado em sua função “educadora”, que transcende e complementa seu aspecto coercitivo. Segundo o historiador M.B. Mattos, para Gramsci, a ampliação do Estado é marcada “pelo ‘nexo dialético de unidade-distinção’ entre o exercício da direção hegemônica desde a sociedade civil e o exercício da dominação, da qual nunca se descarta uma dimensão coercitiva, através do controle da sociedade política”¹⁰

⁷ “A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção.” BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008, p.190.

⁸ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v.3, *op. cit.*, p.23.

⁹ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v.3, *op. cit.*, p. 40-42. Poulantzas aprofundaria a ideia de que o Estado só consegue fazer cumprir seu papel de classe na condição de se apresentar como instância neutra.

¹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró, “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista”, In *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.p.76.

Gramsci distingue entre relações de forças sociais, políticas e político-militares. Na relação de forças políticas, encontramos três níveis de consciência coletiva. O primeiro e mais elementar é o da consciência econômico-corporativa, relacionado diretamente com a ocupação profissional; o segundo é o da solidariedade de interesses, quando membros de dois ou mais grupos de diferentes ocupações solidarizam-se em prol de um objetivo comum, mas ainda no campo econômico. Somente o terceiro momento é o momento propriamente político,

“que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.”¹¹

Esses “momentos” da consciência de classe podem ser aplicados tanto para a classe dominante quanto para os subalternos. O partido político é o organismo que unifica de forma coerente o conjunto de vontades sociais com o objetivo de conquistar a hegemonia. O partido não precisa existir de forma jurídico-formal, podendo se constituir em diversas formas de organização.

Embora se referisse à sociedade civil basicamente em termos nacionais, Gramsci referiu-se mais de uma vez à idéia de partido em nível internacional. Na passagem a seguir, fica claro que Gramsci, analisando o papel de organizações internacionais, considerava a possibilidade de um partido político internacional (noção que nos parece particularmente fértil para pensar a atuação de entidades como a Trilateral).

“Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o *Rotary Club*, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como *partido político internacional* que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc, podem ser incluídos na categoria social dos ‘intelectuais’, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de ‘socializar’ as descobertas técnicas que fazem funcionar cada tipo de direção, de imaginar compromissos e alternativas para soluções extremas.”¹²

¹¹ GRAMSCI, CC, *Op. cit.*, p.41.

¹² GRAMSCI, *Op. Cit.*, p. 42. Grifo nosso.

As categorias de Gramsci têm sido bastante utilizadas para análise de diversas temáticas relacionadas à cultura, aos intelectuais, a diversos tipos de aparelhos privados de hegemonia, e, desde os anos 1980, foram retomadas por autores identificados com a disciplina de Relações Internacionais.

Poulantzas e a internacionalização do Estado

A grande contribuição do comunista italiano Antonio Gramsci, embora escrita ao longo dos anos 1930, só passou a receber maior atenção a partir dos anos 1960 e 1970. Foi, aliás, somente a partir desta década que se debateu mais amplamente, dentro do marxismo, a questão da “autonomia relativa” do Estado, assim como suas complexas relações com a sociedade. A década de 1970 foi particularmente rica para o tema do Estado, com o clássico debate Miliband-Poulantzas travado na *New Left Review* (ambos haviam publicado suas primeiras obras sobre o assunto em fins dos anos 1960), e das obras de importantes pensadores, com diferentes tipos de relação com o marxismo, como J. Habermas, Claus Offe, Elmar Altvater, Wolfgang Muller, Christel Neususs e Joaquim Hirsch, além de James O'Connor nos EUA e dos diversos matizes da teoria da regulação.¹³

Num artigo intitulado “The internalization of capitalist relations and the Nation-State”, publicado pela primeira vez em 1973, Poulantzas afirmar que se o Estado existente das metrópoles imperialistas é modificado enquanto retrai sua natureza como um Estado nacional, isso seria, do mesmo modo, devido ao fato de que o Estado não é uma mera ferramenta ou instrumento das classes dominantes, a ser manipulado à vontade, com todo o estágio da internacionalização do Estado automaticamente provocando uma “supranacionalização” de Estados. O Estado, enquanto aparato de unidade de uma formação e de reprodução de suas relações sociais, concentra e compendia as contradições de classe da formação social como um todo, ao sancionar e legitimar os interesses das classes e frações dominantes face a outras classes da formação, ao mesmo tempo em que assume as contradições de classe mundiais.

Determinar uma fragilidade dos Estados perante as “gigantes multinacionais” seria, portanto, falhar em reconhecer não apenas que o Estado intervém nessa

¹³ Estes debates se deram de maneira profícua em revistas como a *Kapitalestate* e a *Politics and Society*.

concentração de maneira decisiva. A dominância do Estado corresponderia ao crescimento considerável das funções econômicas do Estado que são absolutamente indispensáveis à reprodução ampliada do grande capital.

Também em *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978, o autor ressaltou que o papel do Estado também se faz sentir em favor do capital estrangeiro ou multinacional, acentuando com isto o desenvolvimento desigual dentro de cada país, e produzindo novas “rupturas da unidade nacional”. Porém, para o autor,

“o que caracteriza a atual fase não é absolutamente a emergência de um superestado acima – das nações ou a perda de importância do Estado nacional. O Estado autoritário não é o apêndice local de um superestado (americano, CEE) ou de um superaparelho de Estado multinacional (CIA, OTAN, etc.), porém corresponde a uma efetiva ruptura da unidade nacional em seu próprio seio, a um despertar das minorias étnicas e nacionais paralelo ao crescimento das lutas populares.”¹⁴

Assim sendo, a internacionalização do capital, fato inegável, não conduz imediatamente ao fim do Estado nação ou a uma espécie de Estado mundial. Mas tais modificações no seio do Estado nacional não decorrem somente de fora pra dentro, e o processo só ocorre quando internalizado dentro da materialidade institucional dos Estados.

“É principalmente neste Estado paralelo, nesta trama político-administrativa profunda, que ganham corpo as redes transestatais, da ‘cooperação’ das polícias e informações para os *diversos procedimentos transnacionais de tomada de decisão*: as *instituições internacionais oficiais não são mais que a parte visível do iceberg*. Eu sou pouco suspeito de fazer ficção política, mas como deixar de sonhar aqui com esse foco de *partido único em suas dimensões internacionais*? A famosa ‘comissão trilateral’ disso nos dá talvez uma pequena amostra.”¹⁵

A morte prematura de Poulantzas, ainda no fim da década de 1970, impediu que ele pudesse presenciar as mudanças fundamentais que ocorreriam nos anos 1980; todavia, a partir da matriz poulantziana muito já se produziu acerca do assunto desde então.

A elite orgânica de René Dreifuss

Estruturada na arquitetura conceitual gramsciana, e também com forte referência nas principais contribuições da teoria política marxista sobre o Estado capitalista dos

¹⁴ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 219.

¹⁵ POULANTZAS, *O Estado, o Poder, o Socialismo, Op. Cit.*, p. 248. Grifos nossos.

anos 1970, especialmente a de Poulantzas e de Ralph Miliband, a obra de Dreifuss desenvolveria uma problemática teórica própria em suas pesquisas.

A pesquisa seminal do cientista político uruguaio René Dreifuss sobre o golpe de 1964 tornou-se uma das mais influentes no Brasil logo após sua publicação, em 1981. Com o título de *1964 – a conquista do Estado*, que, em suas 814 páginas, trazia quase a metade de documentos inéditos.¹⁶ Versão em português de sua tese de PhD na Universidade de Glasgow, *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*, o livro de Dreifuss defendia que a coalizão vitoriosa em 1964, articulada em torno ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizava os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado – implantado fortemente já durante os anos Juscelino Kubitschek (1956-1961) no ramo da indústria de bens duráveis – e, após se instalar no poder em 1964, teria conformado aquilo que o autor denominou de “ordem empresarial” (“*entrepreneurial order*”).

É importante notar que aqui, a “sociedade civil” não figura simplesmente como um espaço da liberdade, mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados de natureza classista. Trata-se de um uso mais adequado do ponto de vista do léxico gramsciano, especialmente se compararmos com a lavra de notórios comentadores da obra do marxista sardo.¹⁷

No caso brasileiro, Dreifuss discerne, em termos gramscianos, entre a solidariedade de interesses desse novo bloco econômico, consolidada em formas organizacionais básicas, e as formas de associação que representam um nível diretamente político-militar de uma consciência de classe dessa fração.

O caso do complexo IPES/IBAD/ESG (Escola Superior de Guerra) é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964; no entanto, nessa mesma obra, Dreifuss já chama bastante atenção para entidades transnacionais como a ADELA – *Atlantic Community Development Group for Latin America*, entidade formada em 1962 com o propósito de organizar os interesses dos capitais forâneos na América Latina; ou

¹⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

¹⁷ Como têm anotado recentemente alguns dos mais instigantes investigadores da obra de Gramsci, autores como Norberto Bobbio popularizaram tal leitura positivadora da sociedade civil, mais afeita à formulação de Alexis de Tocqueville. Ver LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007.p. 39-57; e BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 179.

o CICYP (*Consejo Interamericano de Comercio y Producción*), presidido, aliás, por Roberto Campos de 1968 a início dos anos 1970. No contexto latino-americano temos ainda o *Council for Latin America*, criado pelos Rockefeller, que depois se transformou em *Council of the Americas* (que hoje, associado à *Americas Society*, é conhecido pela sigla AS-COA). Inspirados e ligados ao IPES brasileiro, em outros países latino-americanos surgiram entidades como o chileno *Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales* (IPIES) e os argentinos *Foro de la Libre Empresa* e a *Acción Coordinadora de las Instituciones Empresariales Libres*, que tiveram destacada atuação nas respectivas ditaduras empresarial-militares nos anos 1960 e 1970.

O suporte, não apenas financeiro mas também de *know-how*, dado pela conexão transnacional do IPES ao golpe foi uma das descobertas de Dreifuss, que conseguiu comprovar essa que era uma forte desconfiança da esquerda brasileira desde, pelo menos, a CPI do IBAD, de 1963– a qual não logrou comprovar a conexão do IPES com suas conexões internacionais justamente por conta de sua extraordinária discrição e do conjunto de medidas de segurança adotado pela entidade (como diversas formas de “limpar” as contribuições financeiras, principalmente as internacionais, já que elas eram consideradas crime).

A questão da conexão transnacional do IPES talvez tenha sido exatamente o ponto de partida para um estudo muito mais amplo das entidades burguesas de caráter transnacional. Foi na obra *A Internacional Capitalista*, de 1987, que Dreifuss expôs os resultados de sua extensa pesquisa acerca de entidades privadas do empresariado de caráter transnacional, existentes desde 1918. O objetivo dessa obra era analisar a ação política das classes dominantes não apenas em momentos excepcionais, como em golpes, mas na “normalidade”, isto é, “no dia a dia da intervenção ‘fria’ e persistente no conflito de classes, na ação diária, constante, sistemática, nos campos ‘frios’ da política”.¹⁸

Nessa obra, o autor pretendia estabelecer uma espécie de radiografia das entidades privadas atuantes como centros de articulação de interesses, pressão política e planejamento estratégico das classes dominantes desde 1918 até os anos 1980, trazendo

¹⁸ DREIFUSS, René A. *A Internacional Capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p.22.

uma análise, como sempre recheada de elementos empíricos, das mais importantes formas organizativas do empresariado transnacional.

Segundo Dreifuss, a elite orgânica pode ser definida como o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe; mas não deve ser vista como epifenômeno, no nível político, da estrutura econômica, justamente por constituir um agente “relativamente autônomo”, cujo grau de conexão com os grupos sociais matriciais será dado pela sua “qualidade orgânica”, tendo, portanto, uma eficiência e uma dinâmica próprias.¹⁹ A elite orgânica representaria, assim, um momento mais avançado numa consciência de classe capitalista, estabelecendo “a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado”.²⁰ Ela não é “onipotente”, porque qualquer processo político-social é um processo de embate e luta, mas ela tem por condição almejar o poder, e antecipar os movimentos do adversário. É desse modo que Dreifuss considera como intelectuais orgânicos uma série de gerentes e “tecnoempresários”,²¹ vinculados, neste caso, a um projeto político de uma certa fração do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa.

Para melhor discernir acerca desse caráter deliberado e planejado da intervenção política, o autor diferencia as noções de “*córtex político*” – “um órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis” – e um “*estado-maior*” – “um órgão capaz de operacionalizá-los, modificando com sua ação as relações de forças. O primeiro seria uma espécie de “núcleo de vanguarda político-intelectual”, e o segundo, um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou

¹⁹ Nos originais de sua tese de doutoramento, Dreifuss assim definia elite orgânica: “On the methodological approach used for understanding the role of the organic elite as the militant core of the organic intellectuals, organized across and outside the established and traditional party political and associational channels of dominant class articulation, aggregation and representation, and performing as the vanguard of the social class”. Ver notas 1 e 2 do capítulo 5 em DREIFUSS, René. *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil (1961-1965)*. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de Glasgow, 1980 (disponível em <http://theses.gla.ac.uk/4948/>). O autor remetia a algumas passagens de Gramsci (usando diversas traduções) e a Miliband, especialmente o capítulo 3 de *The State in capitalist Society*.

²⁰ DREIFUSS, A *Internacional Capitalista*, Op. Cit, p. 26.

²¹ Dreifuss se utiliza do termo “tecno-empresário”, mas não no sentido laudatório, típico da ideologia de legitimação da própria ditadura e também do neoliberalismo, que pressupõe que os aspectos “técnicos” desses agentes são “neutros” politicamente. Pelo contrário, Dreifuss mostra justamente que esses “tecnoempresários” tinham posição política de classe muito bem definida; mas o autor não chega a defini-lo teoricamente.

fração de classe. A atuação “conectiva e mediadora” do córtex político seria essencial para garantir uma mínima “unidade classista”, algo que não é alcançado pela unificação em abstrato das frações do capital no Estado. “A ação político-ideológica das elites orgânicas é que permite que um bloco de poder polarize sob seu controle o conjunto de frações subalternas, formando, quando a ação é bem-sucedida, uma *frente móvel* de poder.”²² A frente móvel de ação, mais ampla que a própria elite orgânica, viabiliza a inserção político-ideológica e a conversão de projetos classistas particulares em demandas gerais, sociais, nacionais ou simplesmente em “senso comum”, de acordo com a matriz gramsciana.²³

Para Dreifuss, enquanto “estado-maior”, a elite orgânica não apenas se encarrega do planejamento estratégico da ação política, “à luz da razão fria, organizando a paixão social e classista em forma de reflexão deliberada e de racionalidade política”, mas articula e operacionaliza um “conjunto de ações táticas e manobras”, de modo a otimizar as suas “condições, meios e recursos” para “reduzir o imponderável a zero, através da antecipação e intervenção precisa e oportuna”. Evidentemente, essa ação estratégica não pode ser delineada a todo tempo em detalhes, até porque em grande

²² *Idem*, p. 26. Grifo no original.

²³ *Idem*, p. 27. Ressaltando o conceito de “frente móvel” em sua análise sobre a teia de entidades proliferadas no pós-segunda Guerra, Virgínia Fontes notou que “Agir enquanto entidades privadas não diretamente lucrativas, sem carregar o fardo das decisões governamentais de seus próprios países, permitia a *difusão cosmopolita* de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas. (...) O americanismo assinalado por Gramsci ganhava uma dimensão muito mais vasta e complexa, de caráter cosmopolita e, embora predominassem entidades de origem estadunidense, não se limitava unicamente a ela. Fomentavam entidades similares em terceiros países, atuavam como formadoras para entidades patronais locais, ainda que algumas vezes também experimentando tensões e contradições com as organizações burguesas locais e com governos de países dependentes. (...) Ademais, [essas entidades] atuavam como centros internacionais de formação intelectual para uma crescente variedade de quadros necessários para a atuação econômica que, doravante, abrangia áreas muito mais extensas do que os padrões nacionais, envolvia culturas diferentes, ritmos diferenciados, que deveriam ser modificados ou integrados, configurando um aprendizado *in situ* de novo tipo, moldando comportamentos, ajustando-os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva. (...)“a partir de certa escala de atuação, mais do que um Estado, tais entidades visam à conformação de Estados. Atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os conflitos burgueses interpaíses; treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações.”” FONTES, *Op. Cit.*, p.174-176.

parte depende do movimento do adversário, mas a função da elite orgânica é justamente tentar antecipar esses movimentos. Como anotou Dreifuss,

“Ao constituir-se como tal, a elite orgânica se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político. Embora organicamente vinculada ao seu universo sócio-econômico e cultural, esta diferenciação é imprescindível para uma intervenção política eficaz e eficiente, na medida em que a classe dominante é uma na sua diversidade de unidades de acumulação competitivas – seja no nível da composição de capital, no plano da produção setorial ou no universo dos grupos econômicos –, às quais correspondem essencialmente percepções e atitudes corporativas ou de solidariedade (e não atitudes ‘políticas’), expressas em associações, sindicatos ou federações de classe. As elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos de poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predispõem a classe dominante para a luta política. É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) – na imagem gramsciana, a articulação do momento corporativo-solidário dos interesses materiais com o momento político-ideológico-coercitivo – e a sua expressão na ação de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado. Diríamos, portanto, que a elite orgânica procura ‘traduzir’ (relacionar, transpor) as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional.”²⁴

Está claro que a principal matriz do conceito de “elite orgânica” está no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”, isto é, todo aquele que, diferentemente do “intelectual tradicional”, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe. Quanto ao fato de ser “orgânica”, isto é, ter uma ligação estrutural com uma fração de classe, portanto, parece não pairar tantas dúvidas. O termo “elite” da expressão, no entanto, é considerado mais problemático (abordamos este problema em nossa dissertação).

Elite política e classe dominante

É sabido que o conceito elite foi primeiro desenvolvido pelos chamados teóricos elitistas, especialmente na Itália, com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Embora haja diferenças entre esses autores, ambos compartilham de uma mesma idéia-força, a de que sempre, em qualquer sociedade, existe uma minoria, composta por aqueles que ocupam os cargos políticos (a “classe política” ou “elite governante”), ou daqueles que podem influenciar diretamente nas questões políticas, e uma maioria comandável. Ainda que a classe política sofra constantemente mutações, incorporando novos grupos sociais (a

²⁴ DREIFUSS, *A Internacional Capitalista*, Op. Cit., p.24-25.

chamada “circulação das elites”) ou mesmo haja uma substituição total da elite por uma outra elite, como numa revolução, sempre haveria tal distinção clara.

Essa corrente do pensamento político se ergueu em contraposição radical ao marxismo, em especial à noção de classe dominante. Segundo Bottomore, ainda que as teorias de Mosca e Pareto não fossem as mais favoráveis à democracia, seu principal adversário era, sem sombra de dúvida, a concepção marxista de classe dominante e a própria idéia de socialismo. Isso porque elas não seriam totalmente incompatíveis com um regime democrático, na medida em que a democracia seja definida como um regime em que as “elites” sejam econômica, política e culturalmente abertas, isto é, onde haja mobilidade social. Segundo o autor, essa concepção do lugar das elites em uma democracia é, aliás, sugerida pela noção de “circulação das elites”. Na verdade, as idéias de competição política e de igualdade de oportunidades são coerentes e perfeitamente compatíveis com o pensamento econômico liberal.²⁵

Porém, os teóricos elitistas não foram os únicos a utilizar “elite” para se contrapor à “classe dominante”. C. Wright Mills, um escritor “radical” e bastante crítico ao *status quo* nos EUA – ainda que bastante pessimista com relação a qualquer possibilidade concreta de mudança – também rejeitou o uso do termo “classe dominante”. De acordo com o argumento de Mills, “classe” é uma noção que remete à posição econômico-social, enquanto “dominante” se referiria especificamente à esfera política. A classe economicamente dominante é necessariamente a classe politicamente dominante? Era a questão que Mills levantava – questão que geraria ainda muito debate dentro do próprio marxismo.²⁶

Mills definiria a elite do poder de maneira semelhante a Pareto a sua “elite governante”; no entanto, seu objetivo é denunciar o que ele entendia como as três elites

²⁵ Não por acaso, J.A. Schumpeter compara a competição na esfera econômica com a competição na esfera política explicitamente em sua teoria da democracia. A democracia foi definida por Schumpeter como um “mercado político”: os partidos correspondem às empresas, os eleitores são consumidores, as promessas de campanha são os produtos, e o voto equivale à moeda de compra. Disso resultaria o processo de profissionalização da política, que deve passar a ser feita cada vez mais por “agentes especializados”. A comparação entre democracia e capitalismo não seria mera analogia, já que para o autor, o sistema democrático nasceu junto com o capitalista e dele foi consequência. SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 [1947].

²⁶ Um dos principais objetivos de Mills era estabelecer o nexo entre a “elite estatal” e a classe dominante. Isso se tornaria também uma questão do debate com Poulantzas a partir da crítica que Poulantzas faz a Miliband com relação à possibilidade de demonstrar o caráter de classe do Estado a partir da análise da elite estatal.

fundamentais nos Estados Unidos — os dirigentes de empresa, os líderes políticos e os chefes militares.²⁷ Mills vai além de identificar essas três elites, seus componentes e ligações mútuas, mas afirma que elas formam uma coisa una e coesa, quase toda ela proveniente das classes mais altas da sociedade. Segundo Bottomore, no entanto, ao rejeitar a noção de classe dominante, Mills deixa em aberto a questão essencial de se é a classe alta que domina através dessas elites. Tudo em sua análise empírica aponta para uma classe dominante, porém Mills se limita a apontar “coincidências” entre as esferas econômicas, política e militar.²⁸ A notável obra de Mills era especialmente destinada a criticar a disseminada noção liberal de que as elites existem mas são dispersas, não formando uma unidade coerente, e por isso sua obra influenciou alguns importantes autores marxistas, entre eles Ralph Miliband²⁹.

Outros autores marxistas advogariam novas formas de articulação do termo elite com o de classe social para a análise da política.³⁰ Porém, para o que nos interessa aqui, a discussão do conceito de “elite orgânica”, a mais importante apropriação do termo elite foi feita por Gramsci, que, dialogando e se contrapondo radicalmente com a teoria das elites, incorpora em seu pensamento tanto o termo “elite” quanto o termo “classe política”.

Segundo Alvaro Bianchi e Luciana Aliaga, o uso das expressões “elite” e “classe política” nos *Cadernos do Cárcere* ocorre de maneira indistinta, o que torna necessário observar mais de perto qual o sentido atribuído pelo autor a esses termos em cada passagem. O uso desses termos tinha a ver com o debate entre o marxista sardo e os

²⁷ MILLS, C. Wright. *The Power elite*. Nova York: Oxford University Press, 1956.

²⁸ BOTTOMORE, *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p.31-32.

²⁹ Com quem, aliás, Dreifuss chegou a estudar na *Leeds University*, onde concluiu seu mestrado em 1974.

³⁰ Para uma discussão metodológica acerca desta operacionalização, tentativas já realizadas e críticas acerca delas, ver PERISSINOTO, Renato & CODATO, Adriano. “Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270. Os autores ressaltam as dificuldades teórico-metodológicas de pensar a classe social como ator político e defendem que as críticas levantadas a essa articulação, ainda que tenham pontos válidos, não comprometem sua validade heurística. Em suas palavras, seria possível “defender a validade e a viabilidade científicas da análise de classe com a condição de que essa seja conjugada com algumas contribuições teóricas formuladas por autores vinculados, ora mais, ora menos, aos pressupostos metodológicos (e não políticos ou morais) da teoria das elites. A conexão entre os conceitos de ‘classe social’ e ‘elite política’ (ou mais especificamente: ‘elite de classe’) pode tornar possíveis pesquisas empíricas sobre a dinâmica política que tenham a classe social como categoria de investigação. Nesse sentido, é justo pensar que uma classe poderia estar ‘representada’ na cena política por meio de uma minoria politicamente ativa (uma ‘elite’), que agiria em seu nome, ainda que não a seu mando.” *Idem*, p.247.

teóricos das elites, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, que tinham em comum com Gramsci a raiz maquiaveliana.³¹ Neste ponto, o debate de Gramsci com Mosca e Pareto tem a ver com a visão de Gramsci sobre os intelectuais. Para Gramsci, o que Mosca chama de “classe política” nada mais é do que a categoria intelectual do grupo social dominante; em Pareto, também diz respeito à participação dos intelectuais na vida estatal e social. Segundo Aliaga e Bianchi, “Ao aproximar os conceitos de elite e de classe política do conceito de intelectual, Gramsci promoveu uma importante torção nas formulações de Mosca e Pareto”.³²

“A chamada “classe política” de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de “classe política” de Mosca deve ser aproximado do conceito de “elite” de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social. O livro de Mosca é uma enorme mixórdia de caráter sociológico e positivista, com, além disso, a tendenciosidade da política imediata, o que o faz menos indigesto e literariamente mais vivaz.”³³

O problema para Gramsci era como pensar na formação dos intelectuais das classes subalternas, por meio do partido político (ou, como aparece nos Cadernos, a criação de uma “nova classe política” que expressasse uma “nova forma de civilização”). Gramsci partia do mesmo pressuposto, que tem origem em Maquiavel e era a própria condição, para ele, da existência de uma ciência do político: a divisão entre governantes e governados, dominantes e dominados.³⁴ Porém, enquanto em Mosca e

³¹ Segundo Aliaga e Bianchi, “Gramsci e Pareto, igualmente apoiados no realismo de Maquiavel, estavam empenhados na (re)formulação de uma ciência política. A natureza das suas explicações para o problema histórico da ordem, cerne da teoria das elites, era o que lhes emprestava o caráter polêmico. Embora ambos os autores enfatizassem a realidade da divisão entre governantes e governados, as consequências teóricas e políticas dessa ênfase eram muito diferentes e em alguns casos opostas. Como se apontou acima, Pareto pretendeu produzir uma teoria científica da estabilidade e do equilíbrio social. Gramsci, por outro lado, procurou desenvolver uma análise histórica das transformações políticas. O confronto analítico entre essas duas vertentes expõe o conflito entre as versões positivista e antipositivista do realismo maquiavelista, as quais marcaram o pensamento político e social italiano no final do século XIX e início do XX. Enquanto a primeira versão produziu um método lógico-experimental com forte viés cientificista, a segunda revalorizou uma longa tradição historicista italiana inaugurada pela cultura renascentista.” ALIAGA, Luciana & BIANCHI, Alvaro. “Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana”. In. *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. N. 203, volume XLVII. p.322-342. Segundo trimestre de 2012.p.340.

³² *Idem*, p.336.

³³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.163.

³⁴ “Era por meio do partido político que poderia ter lugar, para Gramsci, a criação de uma “nova classe política” que expressasse uma nova forma de civilização. Era o problema da formação das elites, dos intelectuais das classes subalternas, que o marxista sardo tinha em mente. Esse não era um problema para Pareto, que considerava as elites como portadoras de características fisiológicas e psicológicas que permitiriam distingui-las do restante da humanidade. (...) Era nessa aceção histórico-política que Gramsci

Pareto isso é algo naturalizado, para o marxista sardo é algo histórico e portanto passível de mudança. Dessa forma, Gramsci, assim como fez com outros conceitos, captou um termo corrente do debate político-científico de sua época e deu a ele outra significação.

Tendo isso em vista, percebe-se que o uso do termo “elite orgânica” é plenamente compatível com a acepção gramsciana. Dessa forma, um termo que é criado para se contrapor ao conceito de classe dominante – a partir da idéia de que uma classe domina devido às qualidades de seus membros e não a seu poder econômico ou militar – é incorporado de forma que não apenas não nega, mas complementa a noção de classe dominante. Na acepção de Dreifuss, a elite orgânica é a camada intelectual da classe dominante.

Na opinião de Bottomore,

“esse confronto entre os conceitos de “classe dominante” e “elite política” mostra que enquanto em um nível podem opor-se inteiramente, como componentes de teorias globalizantes que interpretam a vida política e especialmente as possibilidades futuras de organização política de maneira inteiramente diferente, em outro nível podem ser considerados conceitos complementares, referindo-se a tipos diversos de sistemas políticos ou a aspectos diversos do mesmo sistema.”³⁵

A elite orgânica, nesse sentido, muito ao contrário de negar o conceito de classe dominante, apenas especifica um setor ou expressão dessa classe; é uma expressão diretamente política de uma (ou mais de uma) fração(ões) dessa classe dominante.³⁶

Considerações finais

Podemos entender as entidades como a Comissão Trilateral como um *partido* no sentido gramsciano, um partido de uma fração de classe capitalista cujos interesses são altamente internacionalizados? Ou como um aparelho de hegemonia internacional? Essa definição é bastante tentadora, pois enuncia explicitamente o grupo envolvido, o papel

se contrapunha à teoria mosquiano-paretiana das elites, embora não discordasse que a divisão entre governantes e governados fosse uma realidade política”. ALIAGA & BIANCHI, *Op. Cit.*, p.337.

³⁵ BOTTOMORE, *Op. Cit.*, p. Curiosamente, em inglês, o termo “political class” é freqüentemente usado como sinônimo de “ruling class” – que por sua vez pode ser traduzido, também, como “classe dominante”.

³⁶ A determinação precisa de qual (ou quais) fração(ões) de classe específicas se expressam politicamente na CT ou em qualquer entidade exigiria, em primeiro lugar, uma análise detalhada de como operam as empresas às quais seus membros estão associados, não somente em termos de como se compõe o capital e a divisão de lucros, mas também suas relações com a matriz, com o país de origem, etc, o que está muito além do nosso alcance para este trabalho. Lembramos que, além disto, existe a questão da autonomia relativa dentro da qual opera a elite orgânica.

organizativo e a forma de produção de convencimento que teve a CT. Não obstante, a organização da CT não se volta para um Estado, no sentido da tomada e/ou ocupação de poder do Estado, como se supõe num partido; o tipo de procedimento aglutinador que realiza não envolve ativação de setores populares, sequer com sentido eleitoral. A importante difusão de convencimento não se destina às grandes massas mas a setores variados dos grupos dominantes (empresários, ocupantes de cargos de direção nos Estados e "formadores de opinião" (na falta de termo melhor). Entender o papel concreto da CT com relação à organização das classes dominantes no cenário imperialista internacional e a seu poder político exige ainda muita pesquisa teórica e empírica, não apenas das diferentes frações de classe que nela participam, mas também de suas intervenções nos âmbitos estatais e das organizações institucionais interestaduais.

A formulação de "elite orgânica", tal como definida por Dreifuss, pode nos ajudar significativamente no estudo da ação político-intelectual desses setores da classe dominante, e a metáfora da "Internacional" Capitalista para designar a rede de entidades privadas nacionais e transnacionais que operam de diferentes formas e com diferentes tarefa é aqui usada provocativamente para evidenciar o intuito da CT (e entidades assemelhadas) de enfrentamento à organização internacional dos trabalhadores, sentido próprio do movimento operário. A categoria de "elite orgânica" ainda não é capaz de esclarecer as imbricações efetivas no terreno da produção capitalista, mas pode ser bastante iluminadora para pensar o lugar da Trilateral na complexa gama de entidades privadas transnacionais que prolifera ao longo dos anos 1970 e 1980.